

ALÉM DO BALCÃO:

Uma Revisão Bibliográfica sobre o Trabalho Feminino no Shopping Center

Delorrana Lima Machado (UFS)

Resumo: Este presente trabalho faz parte de uma pesquisa acadêmica mais ampla de mestrado sobre o trabalho feminino nas praças de alimentação do shopping center, como etapa inicial este trabalho vai ser centrado em uma pesquisa bibliográfica sobre o trabalho feminino e o shopping center. Para assim, realizar o levantamento sobre o que vem sendo produzido na literatura e suas lacunas. Esta pesquisa bibliográfica foi realizada coletando trabalhos em diversos locais como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, Scielo, ResearchGate e Google Acadêmico, utilizando palavras-chave como “shopping center”, “trabalho”, “trabalho feminino”, “flexibilização”.

Palavras-chave: trabalho feminino - flexibilidade - shopping center - trabalho.

Abstract: This present work is part of a broader academic master's degree research on women's work in shopping center food courts. As an initial stage, this work will be centered on a bibliographical research on women's work and the shopping center. To do so, we carried out a survey of what has been produced in the literature and its gaps. This bibliographical research was carried out collecting works in various places such as the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), CAPES Theses and Dissertations Catalog, Scielo, ResearchGate and Google Scholar, using keywords such as “shopping center”, “work”, “women's work”, “flexibility”

Keywords: female work - flexibility - shopping center - work.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo do trabalho é compreender como a flexibilização do trabalho em grandes centros, como o caso dos Shopping Centers, afeta as trabalhadoras, seguindo o que vem sendo abordado e retratado na literatura. Este trabalho faz parte de uma pesquisa acadêmica mais ampla que está sendo desenvolvida no mestrado e, de forma inicial, está sendo realizada uma pesquisa bibliográfica sobre os estudos produzidos sobre o trabalho feminino nesses locais, buscando levantar dados importantes, o que está sendo discutido e suas lacunas.

A questão central desta pesquisa consiste em analisar os impactos da flexibilização do trabalho nas condições de trabalho femininas em shopping centers, com foco nas transformações ocorridas no mundo do trabalho desde os anos 1970, em especial após a abertura econômica dos anos 1990. A flexibilização, segundo Hirata (2007), possui um caráter sexuado, contribuindo para a ampliação das desigualdades entre homens e mulheres.

O estudo será realizado através dessa análise bibliográfica referente às temáticas disponíveis acerca do trabalho feminino nos shoppings, visando compreender o que já existe na literatura e suas lacunas. A partir dos anos 1970, observa-se um aumento significativo da participação feminina no mercado de trabalho, especialmente no setor de serviços. Conforme Segnini (1998 apud Gonçalves, 2011, p. 7), o setor de serviços se tornou o principal "gueto ocupacional feminino".

Assim, esta análise bibliográfica faz parte de uma pesquisa qualitativa mais ampla de mestrado, onde serão realizadas entrevistas, observação de campo e coleta de dados. Dessa forma, nesta etapa inicial, se baseia em uma revisão da literatura disponível sobre o trabalho feminino nestes grandes centros, com ênfase na dinâmica de funcionamento e exaustão que são características destes locais. Para isso, será realizada uma pesquisa bibliográfica do material existente sobre os shopping centers e trabalho feminino, nos principais repositórios e bibliotecas digitais como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, Scielo, ResearchGate e Google Acadêmico, utilizando palavras-chave como "shopping center", "trabalho", "trabalho feminino", "flexibilização".

Assim, esta pesquisa visa compreender o que está sendo produzindo sobre a mulher e o mercado de trabalho. Assim como, o que vem sendo produzido referente a análise das relações laborais nestes grandes centro urbanos, como o caso dos shopping centers.

2 DESENVOLVIMENTO

Inicialmente, antes de falar sobre o trabalho feminino no shopping, é necessário ressaltar as modificações que ocorreram na estrutura de trabalho a partir principalmente da década de 1970. Onde ocorrem muitas modificações na estrutura do trabalho em um contexto de reestruturação produtiva e flexibilização da estrutura de trabalho, o capital implementou um processo de reestruturação em escala global, visando à recuperação do seu padrão de acumulação (Antunes, 2009).

Logo, nos anos 1970, com a adoção de um novo e expansivo padrão de acumulação flexível na era da mundialização do capital, alterou-se significativamente a condição de trabalho feminina, a mulher que era associada à figura do lar, no âmbito reprodutivo, passa a cada vez mais ocupar o mercado de trabalho. Porém, mesmo com o aumento da inserção da mulher no espaço produtivo, as “atividades domésticas” ainda continuavam sendo reservadas para elas.

Em vista disso, os anos de 1990 foram marcados por profundas transformações na economia brasileira. Os novos padrões tecnológicos e competitivos do comércio global tomaram em cheio empresas protegidas por reserva de mercado e o movimento sindical, forçando modificações nas estratégias empresariais, na gestão do trabalho, nas relações de representação, no perfil do mercado de trabalho e na legislação trabalhista (Alves, 2009).

A década de 1990 foi marcada por profundas transformações na economia brasileira, em um contexto de abertura comercial no governo Collor, implementação do capital flexível, políticas neoliberais e reestruturação produtiva. Ocorre uma extensa precarização das relações de trabalho; ampliação de empregos temporários e instáveis; sobretudo, as mulheres são afetadas por estas condições.

Portanto, um aspecto importante a ser destacado a partir da década de 1990, com a implementação do neoliberalismo no Brasil, é como as modificações na estrutura de trabalho tornam-se cada vez mais flexíveis. Há uma crescente de trabalhos precarizados, baixo movimento sindical e flexibilização da estrutura de trabalho e das relações trabalhistas.

Assim, as políticas neoliberais têm consequências desiguais sobre as condições de trabalho segundo o sexo do trabalhador e é necessário ressaltar que o processo de reestruturação produtiva tem uma nítida dimensão de gênero, pois seus efeitos atingem de forma particular as mulheres (Hirata, 2015; Freitas, 2017; Nascimento, 2014). Desse modo, a flexibilidade é, portanto, marcada por uma dimensão de gênero, seguindo a lógica da divisão sexual do trabalho.

Mediante o que foi exposto, para pensar a flexibilidade é interessante utilizar Sennett (2011) que aborda como neste novo “capitalismo flexível” o novo slogan é que “não há longo prazo” e como essa flexibilidade está modificando o próprio significado do trabalho. Neste novo capitalismo é essencial que os trabalhadores sejam ágeis, abertos a mudanças e que dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais. Vende-se a ideia de que a flexibilidade traz mais liberdade para os indivíduos, para moldar suas vidas, mas na realidade essa nova ordem apenas impõe novos controles.

Para pensar sobre essa flexibilidade, um aspecto importante a ser destacado é referente ao seu impacto sobre o caráter pessoal, Sennett (2011) vai discorrer sobre como o caráter consiste no “valor ético que atribuímos aos nossos próprios desejos e às nossas relações com os outros. (...) são os traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem.” (Sennett, 2011, p. 10). Ele vai apontar como esse capitalismo de curto prazo corrói o caráter dos indivíduos, especialmente as qualidades que ligam a sociedade e dão um senso de identidade.

Essa perspectiva é relevante, pois fornece uma lente para examinar como a precarização pode influenciar a identidade e o bem-estar das trabalhadoras. Como Sennett retrata no texto: “Como se pode buscar objetivos de longo prazo numa sociedade de curto prazo? Como se podem manter relações duráveis?” (Sennett, 2011, p. 27). Sennett aponta como essas modificações, decorrentes desse sistema flexível, ultrapassam a barreira do trabalho e refletem nas vivências dos trabalhadores. Ele também destaca como não é possível evitar que as relações familiares sucumbam ao comportamento de curto prazo desse novo capitalismo.

Outrossim, outros autores como Barbosa e Alves (2022) vão discutir sobre as transformações no mundo do trabalho pós Reforma Trabalhista em 2017, especialmente em países constituídos na periferia da geopolítica capitalista como o Brasil. As evidências incluem mudanças significativas através de medidas neoliberais, como a Lei da Terceirização (Lei no 13.429/2017), a Reforma Trabalhista (Lei no 13.467/2017) que modificou a CLT de 1943, e a Reforma da Previdência (Emenda Constitucional no 103/2019).

Assim, no contexto das novas tecnologias, essas alterações preveem transformações nas estruturas de trabalho. Para além, eles retratam sobre a transição para o pós-fordismo, pois como muitos acreditavam essa transformação não acarretou na “libertação” da classe trabalhadora. A condição de precariedade une tanto o trabalhador unidimensional quanto o trabalhador flexível, já que ambos estão inseridos em um sistema econômico que depende da exploração do seu trabalho para existir.

A exploração econômica do período flexível era justificada tanto pela retórica da “liberdade” do novo “colaborador”, como pelo discurso de afetividade da qual o trabalhador deveria ter para com o seu local de trabalho, pois seu destino dependia do destino da empresa. Por outro lado, a narrativa do indivíduo como responsável por si apenas o culpabilizava pelo seu próprio fracasso, já que, diante da nova era flexível, todos estavam “livres” para trabalhar e “empreender” com o que quisessem, poderiam até “fazer o que amam””. (Barbosa; Alves, 2022, p. 28).

2.1 Breve reflexão sobre o shopping center e a flexibilização do trabalho

Os shopping centers, são entendidos como uma cidade artificial, limpa, segura, bonita, moderna, prática e atraente que difere da cidade real que está no “mundo de fora” (Padilha, 2006), são espaços que refletem o pós-fordismo com seu foco no consumo e na experiência, pois encapsulam a dualidade da modernidade: brilho e entretenimento por um lado, e, precariedade laboral, pelo outro.

Os shoppings, conforme conhecemos, têm origens que remontam às galerias parisienses, e o seu formato moderno foi popularizado nos Estados Unidos a partir da década de 1950. O conceito foi prontamente adotado no Brasil, seguindo a visão americana de criar um ambiente urbano idealizado, livre de adversidades típicas das cidades. Esta visão de uma cidade perfeita também simbolizava o "modo americano de viver", conforme destacado por Padilha (2006).

O marco inicial dos shoppings no Brasil foi o Iguatemi, inaugurado em São Paulo em 1966, conforme indicado pela Associação Brasileira de Shopping Centers. Segundo dados da ABRASCE⁹, o Brasil possui atualmente 628 shoppings, empregando mais de um milhão de pessoas.

Muitas trabalhadoras, sob o respaldo da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), não se reconhecem como parte de uma classe precarizada. Encontram-se imersas em ambientes insalubres, com flexibilização de funções, jornadas desgastantes e extensas, frequentemente justificadas pelos empregadores como parte de suas responsabilidades contratuais, como o caso do trabalhador do Shopping Jardins em Aracaju/SE da rede Burguer King que urinou nas calças pois não poderia deixar seu posto de trabalho para ir ao banheiro. Assim, ele relata sobre a situação: “Eu não posso sair daqui, porque se eu sair aqui do quiosque eu levo advertência. A segunda vez, eu levo suspensão. E a terceira eu levo uma justa causa” (Silva, 2023).

Diante disso, o contraste entre o ambiente do shopping, associado ao luxo e lazer, e a realidade desses trabalhadores que se veem invisibilizados e sobrecarregados em meio a tais cenários é gritante. A rotina cansativa, somada à longa jornada de deslocamento, deixa muitos

⁹ Fundada em 1976, a Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce) atua para o fortalecimento e desenvolvimento do setor e na defesa dos interesses dos shopping centers do país.

desses indivíduos à beira do esgotamento. O Shopping Center é escolhido como campo de pesquisa pois é um lugar onde impera a lógica do capital, com rotinas desgastantes e insalubres, que diferem até mesmo das dinâmicas dos centros comerciais normais, assim necessita de uma breve descrição sobre os shopping centers.

O trabalho nos shopping centers, como dito anteriormente, é um campo de grande desgaste e gerenciamento das emoções, autores como Soares (2011) e Padilha (2014) realizaram pesquisas explorando o conceito de “trabalho emocional”, ao abordar os trabalhos das caixas de supermercados e dos trabalhadores da limpeza de shopping centers, para analisar como o TE corrobora com a precarização das trabalhadoras do shopping center. Destarte, ambos autores partem da definição de Hochschild (1983) de trabalho emocional, a dimensão emocional está muito presente no setor dos serviços, mas é raramente considerada. O trabalho emocional pode ser definido como a gestão dos sentimentos a fim de criar uma aparência facial e corporal que é observada publicamente. Esse TE é relativo a um trabalho extra que não é e nem será remunerado.

2.2 Trabalho feminino e o Shopping Center

Além disso, durante o período de trabalho em que foi realizada a pesquisa bibliográfica, foi possível observar que existem poucos estudos focados no trabalho feminino em shopping centers. Esses dados podem ser encontrados na monografia de Ribas (2021), que aborda a realidade das auxiliares de cozinha em um shopping center em Santa Maria.

Assim, percebe-se essa lacuna, pois é destacado em trabalhos como os de Gomes (2020), De Claro et al. (2003) e Bernardino (2017) a predominância da força de trabalho feminina nesse setor, com as mulheres sendo majoritariamente empregadas em funções nesses locais. No entanto, ainda há uma escassez de estudos que abordem sobre a presença majoritária nesses locais e sua realidade.

Portanto, os trabalhos levantados até o momento mostram como o trabalho desempenhado no shopping possui como características: uma extensa jornada de trabalho, baixa remuneração, multifuncionalidade do trabalhador e uma fraca representação sindical, como destacado nas pesquisas de Silva (2020), Gomes (2020) e Costa et al. (2006).

Na pesquisa de Gomes (2020), ressalta-se a predominância da força de trabalho feminina nesse setor e enfatiza-se os diversos abusos e irregularidades presentes em shopping centers, incluindo trabalho emocional. Nesses ambientes, são comuns níveis elevados de

desgaste, estresse, sobrecarga, tensão emocional, cansaço, ansiedade e insegurança, como observado na pesquisa de Tomazini e Macêdo (2010).

Para além disso, de destacar a predominância da força de trabalho feminina nesse setor e é necessário enfatizar os diversos abusos e irregularidades presentes em shopping centers, incluindo trabalho emocional que é desempenhado pelos trabalhadores (Gomes, 2020). Nesses ambientes, são comuns níveis elevados de desgaste, estresse, sobrecarga, tensão emocional, cansaço, ansiedade e insegurança, como observado na pesquisa de Tomazini e Macêdo (2010).

As categorias indicadoras de sofrimento encontradas referem-se ao desgaste relacionado ao sentimento de que o trabalho causa estresse, sobrecarga, tensão emocional, cansaço, ansiedade e insegurança, relacionada ao sentimento de medo de não conseguir cumprir as metas com relação à produtividade, ritmos, regras e normas de trabalho, risco de acidentes, insegurança diante da instabilidade no emprego e falta de tempo para si e para a família.” (Tomazini; Macêdo, 2010).

Corroborando o que foi dito anteriormente, outra pesquisa realizada sobre o Estresse no Trabalho em Colaboradores de Shoppings no Ramo Alimentício (2017) aborda os níveis de estresse predominantes nesses ambientes e como esse aspecto negativo ultrapassa o esgotamento mental, afetando também o cansaço e dores físicas. No entanto, um ponto positivo relatado na pesquisa foi o uso do "estresse" a favor para o desempenho das funções.

As causas do estresse que se sobressaem no ambiente de praças de alimentação de shoppings são a escala de trabalho e aglomeração de pessoas. As consequências do ponto de vista negativo e convencional foram o cansaço físico, dores musculares, ansiedade e perda de memória, ocasionando um desempenho regular ou bom no trabalho; já as consequências do ponto de vista positivo se concentram na maioria dos colaboradores pesquisados usando o estresse ao seu favor quando desempenham suas funções, ou seja, independentemente das situações a que estão submetidos, eles encaram o estresse como uma motivação, que pode ter duas vertentes: benéfica ou imediatista. (Rosa et al., 2017).

Ao destacar sobre como o shopping é marcado por uma grande quantidade de mulheres trabalhando nestes locais, é necessário destacar sobre como algumas profissões com alta taxa de participação feminina são também denominadas por Soares (2011) como profissões de “colarinho rosa” e normalmente são trabalhos em que há pouca ou nenhuma exigência de qualificação, baixo prestígio social, baixa remuneração e de condições de execução cada vez mais precárias (Soares, 2011). Soares (2011) também aponta sobre conceito de trabalho emocional, como também uma espécie de trabalho extra que não é remunerado.

Os trabalhadores e as trabalhadoras devem possuir competências emocionais para realizar o trabalho, isto é, a capacidade de desenvolver uma gestão dos seus próprios

sentimentos para serem capazes de realizar o trabalho. Por exemplo, é necessário sorrir mesmo sem querer sorrir[...]. No setor de serviços, os trabalhadores e as trabalhadoras, na maioria das vezes, são aqueles que passam a maior parte do tempo com os clientes e podem ser considerados como verdadeiros “para-choques” entre a clientela e a organização. (Soares, 2011, p. 96 – 97).

Além disso, Bauer et al. (2008) também fornecem contribuições sobre a realidade dos trabalhadores em shopping centers. Eles realizaram uma pesquisa intitulada O trabalho no “centro” do consumo: uma análise das relações laborais em um shopping center de Porto Alegre. A partir dessa pesquisa, foi possível observar dados sobre como a força sindical é reduzida nesses espaços, como o trabalho aos domingos não proporciona nenhum tipo de “renda extra”, o salário recebido pelos trabalhadores nesses locais é considerado insatisfatório e, de maneira geral, esse conjunto de fatores faz com que a realidade dos trabalhadores seja vista de forma negativa, como ressaltam os autores nesta passagem:

“Dentre os achados mais gerais do estudo, podemos afirmar que a força da representação sindical é reduzida; a jornada é flexibilizada e ampliada até o limite - o trabalho sem remuneração extra aos Domingos; o salário fixo é considerado insatisfatório e o variável, para ser aceitável, exige uma dedicação exaustiva do trabalhador. Esses fatores influenciam negativamente a percepção que os comerciários possuem a respeito das relações de trabalho a qual estão submetidos e, por via de consequência, acerca do próprio trabalho enquanto atividade humana.” (Bauer et al., 2008, p. 49).

Corroborando com o que foi exposto, outra pesquisa realizada por Maciel et al. (2008), sobre a Flexibilização do Trabalho no comércio: o caso de um shopping center, ressalta uma realidade semelhante à observada em outras pesquisas, ao apontar que, de forma unânime, através dos depoimentos, os trabalhadores afirmam que as empresas mantêm quadros enxutos em períodos sazonais e, dessa forma, os trabalhadores sofrem com elevados níveis de desgaste, como é observado nesta passagem.

Os depoimentos dos trabalhadores são unâimes quanto ao fato de que as empresas mantêm quadros extremamente enxutos em períodos normais ou sazonais. A principal consequência dessa política são os desgastes físicos e psicológicos decorrentes da elevada carga de trabalho e agravados pelas longas jornadas e pela necessidade de mostrar bom desempenho na expectativa de ser aproveitado pela empresa. (Maciel et al., 2006, p. 138).

Ademais, outro ponto interessante observado na pesquisa realizada por Maciel et al. (2006) refere-se à flexibilidade da jornada de trabalho, que, juntamente com a completa disponibilidade do trabalhador às necessidades da empresa, contribui para essa 'invasão' do trabalho na vida dos trabalhadores, roubando assim sua autonomia. Isso ocorre, pois são

características do trabalho em shopping: trabalho aos domingos, jornada além do horário estipulado e impossibilidade de programar suas férias, como é relatado na pesquisa.

Essas possibilidades de flexibilização da jornada de trabalho, juntamente, com a completa disponibilização do trabalhador à necessidade da empresa permitida pelo banco de horas, constituem, além de sobretrabalho barato, um elemento de "invasão" da empresa na vida privada de seus trabalhadores, porque lhes "rouba" a autonomia sobre o seu tempo livre: o domingo livre com a família, o excedente da jornada além do horário de fechamento da loja, a eliminação do tempo necessário de descanso, a possibilidade de programar suas férias, estas muitas vezes fracionadas em períodos diferentes ao longo do ano. Uma situação de escancarada banalização da injustiça, bem retratada por Dejours (2001). (Maciel et al., 2006, p. 148).

Assim, há a pesquisa de Bino (2020) sobre A Ação Sindical e a Precarização do Trabalho: o Caso dos Shoppings Centers, na qual ela retrata como, nessas mutações que ocorreram no mundo do trabalho, o sindicato tem perdido cada vez mais sua força, com os trabalhadores não reconhecendo o sindicato como uma entidade de proteção e luta. Na pesquisa, a autora aponta como isso pode ser explicado pela rotatividade entre empresas, pelo desconhecimento das leis trabalhistas e até mesmo pela descrença no sindicato como entidade pública, como pode ser observado nesta passagem da pesquisa.

Por outro lado, também temos trabalhadores que não reconhecem o sindicato como entidade de proteção e luta. Essa dificuldade é explicada por diversos fatores: a atividade comercial ser vista como algo provisório; alta rotatividade entre empresas; desconhecimento das leis trabalhistas e a descrença do sindicato como entidade política. É preciso, portanto, fortalecer o espaço da micro regulação e a aproximação entre sindicato e trabalhadores, desenvolvendo também um forte trabalho de base. (Bino, 2020, p. 103-104).

Nesse sentido, um aspecto destacado como característica desses espaços na pesquisa de Bino (2020) é que o horário de funcionamento dos shoppings, aos domingos e feriados, além de envolver jornadas de trabalho extensas, faz com que os trabalhadores não possuam tempo para realizar outras atividades ou até mesmo estudar. Outro aspecto a ser ressaltado sobre o trabalho aos domingos é o fato de que, ao trabalhar nesse dia, os trabalhadores não recebem qualquer benefício adicional; pelo contrário, deixam de socializar com sua família e amigos em eventos importantes ou datas comemorativas. Essa flexibilidade existente no shopping é uma flexibilidade que beneficia apenas a empresa, como apontado pela autora.

O horário de shopping, por ser de longas jornadas e abrir inclusive domingos e feriados, faz com que os trabalhadores não tenham tempo de estudar ou fazer outras atividades. Krein (2013) mostra que as jornadas aos domingos e feriados não possuem quaisquer benefícios comprovados, porém prejudica profundamente os trabalhadores que deixam de ter horas de descanso e socialização. A busca de maior produtividade

e competitividade, visto que as lojas de ruas não abrem aos domingos, trata-se de uma flexibilidade com benefícios somente a empresa, permitindo a intensificação nas vendas. (Bino, 2020, p. 102-103).

De acordo com o que foi relatado na pesquisa de De Claro et al. (2003), percebeu-se que o predomínio é de mulheres, com média de idade de 26 anos, que participam com mais de 50% da renda familiar, apresentam baixo nível salarial e têm pouco tempo de serviço no local. Um ponto a ser observado nesta pesquisa é que a maioria dos vendedores se sente satisfeita com seu trabalho e afirma ter boas condições de saúde.

Em uma pesquisa realizada sobre o trabalho terceirizado de limpeza em um shopping center, a partir dos dados coletados e analisados, é possível observar que as condições e relações de trabalho dos trabalhadores da limpeza são marcadas por invisibilidade e sofrimento. Observa-se também que a desumanização inerente ao processo capitalista reveste de pompa e brilho os shoppings centers à custa do trabalho precário dos terceirizados (Bernardino, 2017). A maioria dos trabalhadores terceirizados do campo de pesquisa seja formada por mulheres.

2.3 Mulheres e Trabalho

Embora o número de mulheres na força de trabalho tenha aumentado desde a década de 1970 até os dias atuais e mesmo elas sendo mais escolarizadas, elas ainda são menos remuneradas, ocupam cargos de menor prestígio social, de acordo com o IBGE. Assim, historicamente, as mulheres são designadas para os trabalhos domésticos e os cuidados familiares, no âmbito da casa e da reprodução, enquanto os homens sempre foram direcionados para o mercado de trabalho, funções de maior prestígio social e com maior remuneração. Desde muito novas, as meninas são ensinadas a auxiliar no trabalho doméstico, enquanto os meninos são educados para acreditar que atividades domésticas não são tarefas apropriadas para homens.

Portanto, historicamente, havia na sociedade uma perceptível divisão entre o domínio público e privado. Nesse contexto, os homens pertenciam à esfera pública, sendo responsáveis por prover recursos, enquanto as mulheres eram associadas à esfera privada, incumbidas do cuidado do lar. Assim, surge a divisão sexual do trabalho, com os “homens provedores” e as “mulheres cuidadoras” (Sousa, Guedes, 2016). Com as transformações econômicas, as revoluções culturais e o movimento feminista no século XX, novas configurações sociais começaram a emergir, o que fragilizou essa dicotomia entre os papéis de gênero. No entanto, apesar dessas mudanças, não houve o rompimento desses papéis socialmente construídos. Como resultado, não se configurou uma nova divisão sexual do trabalho, e as mulheres

continuam a ocupar, predominantemente, os mesmos espaços que são atrelados a figura feminina (Nogueira, 2003).

Dessa maneira, Souza-Lobo (2011) argumenta que o capital não cria a “subordinação” das mulheres, mas a integra e reforça. Assim, as raízes da divisão sexual do trabalho devem ser buscadas na sociedade e na família, analisando as condições de trabalho em um contexto mais amplo, que ultrapassam os meios produtivos. A divisão sexual do trabalho, portanto, é também uma construção social e histórica. “Se é certo que o capitalismo utiliza uma estratégia de “dividir para reinar”, a configuração dessas divisões é construída socialmente através das relações de classe, de raça, de gênero e das práticas sociais” (Souza-Lobo, 2011, p. 172-173).

Diante do exposto, há uma espécie de precarização das relações sociais, caracterizada pela “indissociabilidade da precarização do trabalho e da precarização familiar” (Hirata, 2011, p. 18). Todo esse desgaste provocado pelo trabalho atravessa a dimensão do labor e afeta a subjetividade, a socioafetividade, as relações pessoais, familiares e até mesmo o autocuidado. Não há mais tempo para o que não é produtivo.

Esse é o ponto que Mark Fisher (2021) destaca ao falar sobre as novas relações de trabalho no nesse sistema flexível. Além disso, o autor reconhece que as transformações no mundo do trabalho pós-fordista têm graves implicações para a saúde mental, identidade e dignidade dos trabalhadores. Essa flexibilidade pode ser identificada como insegurança e instabilidade, resultando na perda do bem-estar e da segurança dos trabalhadores.

"Trabalho e vida tornam-se inseparáveis. O capital te acompanha até nos sonhos. O tempo para de ser linear, torna-se caótico, fragmentado em divisões puntiformes. Na medida em que a produção e a distribuição são reestruturadas, também é reestruturado o sistema nervoso (...) é necessário desenvolver uma capacidade de responder a eventos imprevisíveis, é preciso aprender a viver em condições de total instabilidade, de “precariedade.” (Fisher, 2020, p.62-63).

Assim, ao trabalhar temas como trabalho e gênero, Hirata (2015), aborda que o trabalho precário é majoritariamente feminino, pois ressalta que a precarização do trabalho e a precarização familiar são indissociáveis e têm que ser analisadas em conjunto. Assim como, a socióloga Kergoat (2016) expõe o desafio das relações sociais de sexo e pontua que a divisão sexual do trabalho é caracterizada pela designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva. A responsabilidade doméstica e familiar é vinculada de forma predominante às mulheres, incumbindo a elas o desafio de conciliar a esfera profissional com a familiar.

"Contudo, a teoria do laço social está longe de conseguir dar conta, por si só, do real observável: as violências (físicas e simbólicas) são cotidianas, o grupo dos homens legisla, em nome do universal, a vida do grupo das mulheres, explora seu trabalho profissional e ainda extorpe delas trabalho extra (o trabalho doméstico). O fato de que, nesse último ponto, muitas mulheres cedam "por amor" nada muda à dura realidade dos fatos." (Kergoat, 2016, p. 49).

Ademais, acerca da inserção da mulher no mercado de trabalho também é necessário ressaltar acerca da bipolaridade do trabalho feminino (Hirata, 2015; Bruschini, 2000), mesmo as mulheres sendo mais alfabetizadas e capacitadas, elas ainda ocupam empregos com menor remuneração e tem menor participação no mercado de trabalho segundo dados do IBGE¹⁰:

"A bipolarização é resultado, em parte, dos processos que ocorrem na esfera educacional. As mulheres são, atualmente, mais instruídas e diplomadas que os homens, praticamente em todos os níveis de escolaridade e em todos os países, sendo este um ponto de convergência importante entre os países do Sul e do Norte. Um polo, minoritário, é formado por mulheres executivas, profissionais intelectuais de nível superior, relativamente bem remuneradas, em postos de responsabilidade e prestígio social (médicas, advogadas, juízas, arquitetas, engenheiras, jornalistas, professoras universitárias, pesquisadoras, publicitárias, etc.). Outro polo, majoritário, é constituído por mulheres em setores tradicionalmente femininos, pouco valorizados socialmente e com salários relativamente baixos: empregadas domésticas e diaristas, a segunda categoria profissional mais numerosa no Brasil após o comércio (cf. Oliveira Teixeira, 2013, p. 49), perfazendo cerca de sete milhões, segundo o Censo de 2010; setor público de saúde (auxiliares e técnicas de enfermagem); educação (professoras de pré-escola e ensino fundamental, sobretudo); prestação de serviços (escriturárias, secretárias) e comércio (caixas, vendedoras); profissionais do trabalho de cuidado (babás, cuidadoras). (Hirata, 2015, p. 05).

Outrossim, diante do exposto, as mulheres são destinados empregos com menor capacitação e qualificações, atrelados ao papel da mulher nas construções sociais, o que Soares (1997) denomina como "profissões de colarinho rosa". Essas profissões, majoritariamente exercidas por mulheres, exigem qualificações "invisíveis", que não são consideradas nem valorizadas do ponto de vista social ou econômico, como a educação e a paciência, características atribuídas à "natureza feminina".

Dessa maneira, Fraser (2009) aborda os processos de subordinação mediados pelo mercado, os quais representam a própria essência do capitalismo neoliberal. Nesse contexto, é importante ressaltar que o gênero é um organizador-chave da globalização neoliberal, e a precarização do trabalho não afeta a todos de forma igual (Hirata, 2015).

¹⁰ "Mais escolarizadas, mulheres têm menor participação no mercado de trabalho e recebem 21% menos que homens, diz IBGE. Mulheres ocupam 39% dos cargos de gerência e trabalham o dobro em atividades domésticas". NAKAMURA, João. Apesar de maior escolarização, mulheres têm menores rendimentos e participação no mercado de trabalho, diz IBGE. CNN Brasil, 13 out. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/apesar-de-maior-escolarizacao-mulheres-tem-menores-rendimentos-e-participacao-no-mercado-de-trabalho-diz-ibge/>. Acesso em: 21 nov. 2024.

Portanto, da mesma forma, as mulheres são mais atingidas pela tendência à precariedade e pela imposição de tarefas de baixa qualificação. Não se pode, portanto, pensar na divisão social e sexual do trabalho entre homens e mulheres sem associar essa divisão à repartição do saber e do poder entre os sexos, tanto na sociedade quanto na família. As responsabilidades tradicionais das mulheres pela criação e educação das crianças estruturam mercados de trabalho que resultam em um poder desigual no mercado econômico, o qual reforça o poder desigual na família (Hirata, 2015; Kergoat, 2016).

Assim, ao analisar a divisão sexual do trabalho, é importante destacar que ela é caracterizada pela designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva. A responsabilidade doméstica e familiar é predominantemente atribuída às mulheres, que enfrentam o desafio de conciliar a esfera profissional com a familiar (Kergoat, 2016).

"Contudo, a teoria do laço social está longe de conseguir dar conta, por si só, do real observável: as violências (físicas e simbólicas) são cotidianas, o grupo dos homens legisla, em nome do universal, a vida do grupo das mulheres, explora seu trabalho profissional e ainda extorque delas trabalho extra (o trabalho doméstico). O fato de que, nesse último ponto, muitas mulheres cedam "por amor" nada muda à dura realidade dos fatos." (Kergoat, 2016, p. 49).

Dessa maneira, para a mulher é dito que ela deve realizar as atividades domésticas e de cuidado por “amor”, mas esse mesmo amor não é observado na figura masculina, que não cede por esse amor que tanto prega e não compartilha a divisão das atividades domésticas. Já, à figura feminina, desde muito jovem, são atribuídos ensinamentos sobre como ajudar a mãe nos afazeres domésticos, atrelando a ela o papel no âmbito doméstico e do lar (Kergoat, 2002).

“É importante refletir sobre os afetos, que estão na base da reprodução da servidão doméstica. Diz-se que realizamos o trabalho doméstico e de cuidado às crianças, ao marido, ao companheiro e às pessoas dependentes da família “por amor” e, isso, em um mundo regido pela heteronormatividade. Podemos nos perguntar como é que os homens mostram o seu amor, dada à divisão assimétrica do trabalho doméstico e de cuidados, e dado que o papel de provedor único do sexo masculino deixou de ser dominante nos arranjos familiares, inclusive no Brasil (Bilac, 2014). É também útil, para essa reflexão, estudar as reconfigurações da divisão sexual do trabalho doméstico.” (Hirata, 2015, p.16).

Para além, à figura da mulher são atribuídos papéis sociais, estes papéis são próprios para as mulheres e exigem qualificações invisíveis (Soares, 2011), isso se aplica desde aos cuidados domésticos, familiares, onde a mulher é vista como a figura de “cuidadora”, como também as ocupações que são majoritariamente ocupadas por mulheres, sendo o caso das

caixas, recepcionistas, enfermeiras, atendentes, educadoras, entre outras (Soares, 2011). São profissões e/ou ocupações em que são exigidas qualificações ditas como “femininas”, mas que não são verbalizadas. A mulher é vista como uma figura mais paciente e com qualidades femininas essenciais para algumas ocupações.

“É uma construção que se consolida no cotidiano, quando a elas são conferidas certas qualidades como atributos para cumprirem papéis sociais específicos e diferenciados “próprios de mulheres”, os quais se reproduzem socialmente por intermédio da educação tanto formal como informal de cunho sexista” (Parente, 2007, p.105).

De modo similar, Souza-Lobo (2011) destaca como as práticas sociais, familiares, culturais e de trabalho das mulheres são simultaneamente exploradas nas relações de trabalho, sejam elas capitalistas ou não, formais ou informais. As mulheres são as mais afetadas pela precariedade (Hirata, 2011). Nesse contexto, é necessário analisar como essa precarização, presente nas dinâmicas de trabalho das trabalhadoras dos Shopping Centers, impacta não apenas seu trabalho, mas também sua vida social.

(...) as mulheres são mais atingidas pela precariedade que os homens; as mulheres (...) são majoritárias na categoria do “desemprego oculto pelo desalento” (categoria da Pesquisa Emprego Desemprego – PED – da Fundação SEADE/DIEESE); a precariedade do trabalho (ou precarização salarial) e a precarização familiar são indissociáveis e devem ser analisadas conjuntamente; a intensificação do trabalho é uma das consequências da precarização e da flexibilidade do emprego, mesmo se ela também tem causas relacionadas com o processo de trabalho propriamente dito e com as novas formas de organização do trabalho num sentido estrito. (Hirata, 2011, p. 16).

Assim, ao pensar nesta precarização além do trabalho, é possível compreender como o trabalhador precarizado não padece apenas das insalubridades referentes ao seu trabalho, mas a toda a uma existência precarizada enquanto indivíduo. Standing (2017) ressalta que o precariado experimenta várias injeções especiais, inclusive um sentimento de ser enganado, é disseminado para eles que devem ser gratos e felizes pois estão trabalhando e devem ser “positivos”. Ou seja, independente do que passam ou em qual ocupação estejam empregados, devem ser gratos por ter um emprego, mesmo em condições insalubres e com baixa remuneração.

Destarte, as trabalhadoras são cada vez mais submetidas a empregos instáveis e à volatilidade de funções. Quando contratadas, estima-se que sejam capazes de exercer diversas atividades, mesmo que não sejam de sua responsabilidade. O trabalhador, nesse novo capitalismo flexível, é precarizado. Espera-se que ele seja um “faz-tudo”, como relatado anteriormente, o que o sobrecarrega e o adocece.

Quando se fala sobre o tempo feminino nesses espaços do shopping, é uma relação complexa. Muitas vezes, o tempo de trabalho invade o tempo de não-trabalho, o que pode ser observado nas dinâmicas que imperam nestes locais. Não há possibilidade de que esse tempo familiar não seja invadido, já que, mesmo em datas comemorativas ou aos domingos, quando existem rotinas familiares, as trabalhadoras permanecem em seus postos de trabalho, e não com seus familiares, amigos, etc. Ademais, segundo dados da PNAD Contínua de 2023¹¹, as mulheres ainda assim gastam mais horas para o trabalho doméstico e de cuidado do que os homens.

3 CONCLUSÃO

Através da pesquisa bibliográfica foi possível observar certas características do trabalho nos shopping centers. Este trabalho faz parte de uma pesquisa acadêmica mais ampla cujo objetivo vai ser investigar as dinâmicas que acontecem nas praças de alimentação dos shopping centers e a realidade das trabalhadoras que subsistem nesses locais. Nesta etapa inicial, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com o intuito de compreender o que está sendo produzido e as lacunas que existem no campo de pesquisa.

Com tudo que foi levantado até o momento é possível identificar algumas lacunas referente ao trabalho feminino em shopping centers. Assim, foram levantados dados bibliográficos mais gerais de como funcionam os trabalhos nestes grandes centros. Desde a realidade destes trabalhadores, que subsistem com uma extensa jornada de trabalho, baixa remuneração, multifuncionalidade do trabalhador e uma fraca representação sindical, como destacado nas pesquisas de Silva (2020), Gomes (2020) e Costa et al. (2006).

Outro ponto importante a ser destacado é que existem pesquisas que abordam a predominância da força de trabalho feminina nesse setor, como os estudos de Gomes (2020), De Claro et al. (2003) e Bernardino (2017), que corroboram a ideia de que as mulheres são majoritariamente empregadas em funções nesses locais. No entanto, ainda há uma limitação de estudos que tratem especificamente da presença majoritária das mulheres nesses espaços e que analisem sua realidade. Um exemplo disso é o trabalho de Ribas (2021), que analisa a realidade das auxiliares de cozinha em um shopping center em Santa Maria.

Concluindo, este trabalho teve como objetivo realizar uma pesquisa bibliográfica sobre a flexibilidade do trabalho em shoppings, com foco específico no trabalho das mulheres.

¹¹ DIEESE. Mulheres: Inserção no mercado de trabalho. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2024/mulheresBrasilRegioes/index.html?page=1>.

Entretanto, poucos estudos abordaram especificamente a realidade das trabalhadoras, por isso foram incluídas pesquisas que retratam a realidade desses locais de maneira geral, como espaços com rotinas desgastantes, flexíveis e precárias.

REFERÊNCIAS

ABRASCE. Associação Brasileira dos Shopping Centers. Disponível em: <http://www.abrasce.com.br>. Acesso em: 10 de novembro de 2024.

ALVES, Giovanni. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. *Revista Katálisis*, v. 12, n. 2, p. 188–197, jul. 2009.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo; Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2008.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. Infoproletários: degradação real do trabalho virtual.. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

BARBOSA, Ivan Fontes; ALVES, Victor Hugo Andrade; XAVIER, Jair dos Santos.(Org.). Precarização: transformações e crises na estrutura social do trabalho. 1. ed. São Cristóvão: EDUFS, 2022.

BAUER, Márcio André Leal; FERRAZ, Deise Luiza da Silva; BRANDÃO JÚNIOR, Roberto Dantas; DALBOSCO, Simone Nenê Portela. O trabalho no “centro” do consumo: uma análise das relações laborais em um shopping center de Porto Alegre. *SINERGIA - Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis*, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 49–60, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/sinergia/article/view/1479>. Acesso em: 30 nov. 2024.

Bernardino, Débora D’elboux. Trabalho Terceirizado de Limpeza em Shopping Center: vitrine da precarização na “catedral das mercadorias”. Rio de Janeiro, 2017. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

BRUSCHINI, Cristina.; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa*, n. 110, p. 67–104, jul. 2000.

COSTA, Márcia da Silva. O Sistema de Relações de Trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 59, p. 111–131, out. 2005.

COSTA, Marcia; MACIEL, Cristina; FERREIRA, Marcio; JUNIOR; Junior, Roberto. Flexibilização do trabalho no comércio: O caso de um Shopping Center. *Revista da ABET*, v. VI, No 2, JUL./DEZ. 2006.

DE CLARO, Maria Marcela Fernández; BOTOME, Sílvio Paulo; KUBO, Olga Mitsue. Condições de trabalho, vida e saúde de trabalhadores de comércio em shopping center. *Rev.*

Psicol., Organ. Trab., Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 63-90, dez. 2003. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572003000200004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 30 nov. 2024.

FISHER, Mark. Realismo capitalista. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

FRASER, Nancy. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. Mediações, Londrina, v. 14, n.2, p. 11-33, jul/dez, 2009.

FREITAS, Taís Viudes de. Articular trabalho profissional e vida familiar no contexto da flexibilização: quais os desafios para as mulheres?. Ideias, Campinas, SP, v. 7, n. 2 205–226, 2017.

GOMES, Bruna Cristine. Situação de trabalho em um shopping center de Uberlândia-MG. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais).

GONÇALVES, Renata. Precarização do trabalho feminino: Aspecto importante da exploração capitalista de classe. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1994.

HIRATA, Helena. A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho. Sociologias, [S. l.], v. 11, n. 21, 2009.

HIRATA, Helena. Flexibilidade, trabalho e gênero. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana. Organização, trabalho e gênero. São Paulo: Editora Senac, 2007, p. 89 – 108.

HIRATA, Helena. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil; 2015.

HIRATA, Helena. Tendências Recentes da Precarização Social e do Trabalho: Brasil, França, Japão. Caderno CRH, 24(1). 2011.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

KERGOAT, Daniele. A relação social de sexo da reprodução das relações sociais à sua subversão. Pro-Posições, Campinas, SP, v. 13, n. 1, p. 47–59, 2016.

KERGOAT, Daniele. Divisão Sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H [et all] (orgs.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo, Editora UNESP, 2009. KREIN, José Dari. A Tendência de Flexibilização do Tempo de Trabalho. Revista ABET vol. VI — n. 2/2007.

MACIEL, CRISTINA; FERREIRA, Marcio; JUNIOR. Flexibilização do trabalho no comércio: O caso de um Shopping Center. Revista da ABET, v. VI, No 2, JUL./DEZ. 2006.

NASCIMENTO, Sara Diniz. Precarização do Trabalho Feminino: A Realidade das Mulheres no Mundo do Trabalho. Temporalis, [S. l.], v. 14, n. 28, p. 39–56, 2014.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. O trabalho duplicado: A divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. 2003. 170 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, Juliana Andrade. 'As emoções no trabalho e a segregação ocupacional no gênero feminino'. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, 11 (31): 32-52, Abril de 2012.

PADILHA, Valquíria. A realidade do trabalhador subalterno de limpeza em shopping center. Perspectivas, São Paulo, v. 39, p. 75-98, jan./jun. 2014.

PADILHA, Valquíria. Shopping center: a catedral das mercadorias. São Paulo: Boitempo, 2006.

PARENTE, Temis Gomes. Gênero e Memória de mulheres desterritorializadas. ArtCultura,, Uberlândia, v. 9, n. 14, jan-jun. 2007.

PERISTA, Heloísa. Gênero e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens», in *Análise Social*, vol. XXXVII (163). 2002.

ROSA, Anderson dos Santos; GONTIJO, Karollyne Santos; VIEIRA, Lucas Henrique; SILVA, Luiz Carlos; PITANGA, Artur Vandrê. Estresse no trabalho em colaboradores de shoppings no ramo alimentício. De Magistro de Filosofia, n. 22. p. 57-80, 2017.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Relações de gênero no trabalho bancário informatizado. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 10, p. 147–168, 2012.

SENNETT, Richard. A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SILVA, Camila. Funcionário do Burger King urina na roupa após ser proibido de ir ao banheiro durante o expediente. Carta Capital; 19 mai. 2023.

SILVA, Bino Isabella. A ação sindical e a precarização do trabalho: o caso dos Shoppings Centers. Rev. Sociologias Plurais, v. 6, n. 1, p. 87-109, jan. 2020.

SOARES, Ângelo. Tão longe, tão perto: o trabalho no setor de serviços. Rev. Latinoamericana de Estudos do Trabalho, 2016, n. 26, 2011.

SOARES, Ângelo. Se eu pudesse não ser caixa de supermercado. Estudos Feministas, 1997, p. 82-102.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. [1991]. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. Estudos Avançados, v. 30, n. 87, p. 123–139, maio 2016.

STANDING, Guy. O precariado. A nova classe perigosa. Tradução: Cristina Antunes. 1. ed. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

TOMAZINI, Talita. MACÊDO, Kátia Barbosa. As vivências dos trabalhadores de um Shopping center em relação ao seu trabalho: uma abordagem psicodinâmica. Revista Gestão Organizacional. Vol. 3, n.2, Jul./Dez. 2010.